



## Disponibilizado parecer preliminar da Reforma Tributária

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PB), relator da Reforma Tributária no Plenário da Câmara, disponibilizou há pouco o seu parecer preliminar, na forma de substitutivo das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45/2019 e 110/2019. O parecer menciona o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo, mas não atende à proposta original do setor. O texto ainda será aperfeiçoado e debatido antes da votação pelo Plenário, e o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (AL), pretende que a proposta seja votada no Plenário da Câmara na primeira semana de julho. O Sistema OCB segue atuando pela defesa do ato cooperativo na Reforma Tributária e conta com a mobilização do movimento cooperativista junto aos parlamentares. Acesse a íntegra do relatório: [https://in.coop.br/parecer-preliminar\\_PEC45-2019](https://in.coop.br/parecer-preliminar_PEC45-2019) Fonte: SomosCooperativismo



## Cooperativas defendem plataforma digital para contratação de crédito rural

Os bancos e cooperativas querem que o governo federal crie uma plataforma digital para tornar a contratação de crédito rural mais automatizada. Uma proposta enviada pela Febraban aos ministérios da Agricultura e da Fazenda e ao Banco Central mira a diminuição considerável dos custos nas operações. A ideia é que o produtor ou a cooperativa que buscar os recursos coloque as informações necessárias nessa ferramenta que fará as checagens dos dados inseridos, utilizando inclusive, bases oficiais. A partir do momento em que todas estas informações estiverem inseridas e validadas pela plataforma, o produtor ou cooperativa poderá procurar os bancos de sua preferência para contratar a operação de crédito, escolhendo aquele que prestar o melhor serviço e tiver a menor taxa de juros. As informações das operações de crédito rural se complementarão às informações inseridas pelo produtor, que no ano seguinte precisará apenas confirmar os dados já inseridos, caso não tenham mudado. Este processo simplificado é visto como uma forma de melhorar a jornada de quem busca crédito rural, com os recursos sendo liberados pela contratação da

operação em poucos minutos, através do smartphone, por exemplo. O processo barateará e aumentará o acesso de produtores e cooperativas ao crédito rural. A proposta já foi debatida com o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro. No governo, a avaliação é que a proposta é boa e disruptiva, mas que vai precisar do empurrão da iniciativa privada para acontecer. Um exemplo lembrado foi a TI da Selic, a grande central de liquidação de títulos públicos do Brasil, que foi custeada pela Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). "A ideia é sensacional e disruptiva, mas depende do setor privado também entrar com recursos a exemplo do que aconteceu com a implantação da Selic no Brasil", disse um membro do governo. Além dos bancos, as cooperativas também defendem a medida. Responsáveis por grande parte da produção, o setor tem buscado expandir seus esforços para que pequenos e médios produtores tenham acesso ao crédito, pulverizando os recursos de forma mais expressiva. Com apoio ao produtor através de programas federais e iniciativas próprias, o setor oferece mais recursos a cada dia, tornando-se um dos principais parceiros para o desenvolvimento do agronegócio nacional. Fonte: Globo Rural, com adaptação da MundoCoop





## Sistema OCB defende retorno de incentivos fiscais para catadores

Os impactos positivos do reaproveitamento de resíduos sólidos e da destinação correta dos orgânicos são inquestionáveis. Além de aumentar a vida útil de aterros sanitários, preservar os recursos naturais e reduzir a poluição, as cooperativas e associações de catadores são reais oportunidades de trabalho, renda e inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade. O que poucos sabem é que muitos destes agentes de reciclagem recebem menos de um salário mínimo mensal e acabam tirando do próprio bolso os recursos para transportes, gastos com água, luz, entre outros. A isenção do setor de reciclagem do pagamento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) foi tema de reunião promovida pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados. O Sistema OCB foi convidado a expor e defendeu a categoria. A audiência pública, realizada nessa quarta-feira (21), foi requerida pelo relator do Projeto de Lei 1.800/21, deputado Thiago de Joaldo (SE), membro da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop). A proposta em debate devolve, entre outras medidas, os incentivos fiscais aos catadores. O projeto foi apresentado pelo deputado Domingos Sávio (MG), coordenador do Ramo Crédito na Frencoop. O deputado Evair Vieira de Melo (ES), secretário-geral da Frencoop, aprimorou o texto em seu relatório substitutivo na Comissão de Meio

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS). A chamada Lei do Bem (11.196/05) garantiu, em dois dispositivos (Artigo 47 e 48), os incentivos aos catadores de materiais recicláveis, mas entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionalidade dos artigos. Nesta sexta-feira (23), a corte começa a analisar os recursos (embargos) apresentados e as deliberações devem avançar até a próxima semana. Desde então, o Sistema OCB vem atuando para reverter a decisão e garantir a isenção de pagamento dos tributos. Na audiência, o analista técnico do Sistema OCB, Alex Macedo, apresentou números do cooperativismo de reciclagem e dados sobre o impacto financeiro causado pela suspensão dos dispositivos "Com a decisão, as cooperativas passaram a pagar dois tributos. Em estudo elaborado pela OCB, verificamos que antes da suspensão os catadores pagavam uma média de R\$ 48 e, agora, o valor é superior a R\$ 200. Esse aumento aconteceu em cerca de 12 meses e impacta diretamente a renda dos catadores que já recebem, por vezes, uma remuneração mensal abaixo do salário mínimo", defendeu o analista. Segundo ele, quanto mais a cooperativa se organiza para acessar a indústria, maior é o volume de pedidos, o que melhora a logística do processo de reciclagem e reduz a dependência de atravessadores ou intermediários. "O custo das despesas de Pis/Cofins são absorvidos pelos catadores. Precisamos criar opções para corrigir isso. Um caminho é a aprovação do projeto em discussão, garantindo assim, que as organizações de catadores não sejam mais oneradas com esses tributos", complementou. O analista também divulgou o lançamento de cartilha desenvolvida pelo Sistema OCB para apoiar as cooperativas de reciclagem no cálculo dos tributos com o preenchimento intuitivo de planilhas. A ferramenta permite que elas se

orçamentos as despesas. Atualmente, a entidade congrega 97 cooperativas que reúnem mais de 4 mil catadores do segmento. Elas atuam, principalmente, nos recicláveis secos recuperados de papel e papelão, plásticos, metais e vidros. **Consenso** Em nome da categoria, o representante da Comissão Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), Ronei da Silva, apresentou considerações para ilustrar a realidade dos profissionais da reciclagem. Ele cobrou melhor tratamento na contratação dos catadores em órgãos do poder público. "Toda empresa que presta serviço recebe por isso. A contratação sempre leva em consideração os custos e tudo mais. Para nós, no entanto, sempre há dificuldades e nunca recebemos grandes contratos como acontece na limpeza pública Brasil a fora. Esta decisão do STF tem trazido grandes problemas porque estamos arcando com os custos. É importante esclarecer que sem reciclagem não tem tratamento de resíduos", criticou. O representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), diretor Eduardo Rocha, foi incisivo ao declarar que o setor de reciclagem está estagnado. "Reciclamos apenas 3% das 60 milhões de toneladas de resíduos. Estamos há mais de dez anos nesse patamar. Esta questão tributária é crucial para incentivar e, mais que isso, não atrapalhar o trabalho dos catadores e todo o elo da cadeia de reciclagem desses materiais. O atual regime incentiva o aterramento, por isso temos 70% dos resíduos do país indo para aterro e mais de 20% para lixões. Esse projeto é meritório e bem recebido não apenas pelo Meio Ambiente, mas também pelo Ministério da Fazenda", destacou o diretor. Ele disse ainda que a política de reciclagem do MMA atua em todas as frentes e com incentivos para a indústria da compostagem. Rocha divulgou também que a pasta lançará edital com a reserva de R\$ 290 milhões para os projetos inscritos no Fundo de Apoio para

Ações Voltadas à Reciclagem (Favorecicle) e Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecicle). “Temos um conjunto de instrumentos para ajudar, mas a questão tributária precisa mudar”, concluiu. O consultor jurídico do Instituto Nacional das Empresas de Preparação de Sucata Não Ferrosa e de Ferro e Aço (Inesfa), Rodrigo Petry Terra, também considera equivocada a decisão da suprema corte ao retirar os incentivos. “Tributar a matéria prima reciclável como faz com a matéria prima virgem não faz sentido algum. Nenhum país faz isso. A União Europeia, por exemplo, isenta de todos os impostos e cobra apenas o processo de industrialização. O entendimento é que o material reciclado já foi tributado. Um exemplo é a geladeira, que ao final da sua vida útil pode ir para um aterro ou ser reciclada para reintrodução desse material no processo produtivo. Os resíduos reciclados precisam ser valorizados e o tratamento tributário deve ser diferenciado”, pontuou Terra. Também participaram da audiência os deputados Vinícius Carvalho (SP), membro da Frencoop e autor do projeto de lei apensado 4.035/21; e o deputado Luiz Carlos Hauly (PR).  
Fonte: Somos Cooperativismo

**Celebração do Dia de Cooperar**

**1º julho 2023**

**9h às 17h**

*Onde há cooperação, há futuro sustentável.*

*Atitudes simples movem o mundo*

*Ações e Atividades gratuitas para toda a família!*

[www.rio.coop/diac](http://www.rio.coop/diac)

Parceria

Sistema OCB/RJ | **somoscoop** | PARQUE MADU REIRA MESTRE HENRIQUE

**BORA COOPERAR**

O cooperativismo é pra todos, é pra você.

Saiba mais em [somos.coop.br](http://somos.coop.br)